



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10950.001313/2007-84
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 2801-002.390 – 1ª Turma Especial
Sessão de 19 de abril de 2012
Matéria IRPF
Recorrente ANTONIO CARLOS PUPULIN
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2003

DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO DOS GASTOS EFETUADOS. RESTABELECIMENTO.

Restando comprovada parcela das despesas médicas declaradas pelo contribuinte, por meio de documentação hábil e idônea e nos termos legais, deve ser afastada a correspondente glosa da dedução da base de cálculo do imposto de renda a esse título.

Recurso Voluntário Provido em Parte

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para restabelecer despesas médicas no valor total de R\$ 4.002,27, nos termos do voto do Relator.

Assinado digitalmente

Tânia Mara Paschoalin

Presidente do Colegiado na data de formalização da decisão (21/10/2014), em substituição ao Presidente Antônio de Pádua Athayde Magalhães, e Redatora *ad hoc* na data de formalização da decisão (21/10/2014), em substituição ao Conselheiro Relator Luiz Cláudio Farina Ventrilho.

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Antônio de Pádua Athayde Magalhães, Tânia Mara Paschoalin, Walter Reinaldo Falcão Lima, Carlos César

Quadros Pierre e Luiz Claudio Farina Ventrilho. Ausente o Conselheiro Sandro Machado dos Reis.

Relatório

Adoto como relatório aquele utilizado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento na decisão recorrida, que transcrevo abaixo:

Trata o presente processo de lançamento suplementar de imposto de renda da pessoa física no valor R\$ 6.287,50 , com multa de ofício de 75% no valor de R\$ 4.715,62 e acréscimos legais, em decorrência da revisão da declaração de rendimentos correspondente ao exercício 2003, ano-calendário 2002 e, efetuado por meio do auto de infração de fls. 108/113 lavrado em 05/03/2007.

O contribuinte foi intimado a se justificar, por meio da intimação Nº 1278/2006 (fl. 107), porém, após solicitar 5 (cinco) pedidos de prorrogação, não atendeu a intimação, motivo pelo qual foi efetuado o lançamento.

O lançamento, conforme descrição dos fatos e enquadramento legal de fl. 109 constatou glosa do valor de R\$ 22.863,64 correspondente à dedução indevida, por falta de comprovação, a título de despesas médicas, com fundamento no art. 8º inciso II, alínea "a" e §§ 21 e 31, da Lei nº 9.250/95; art. 841, inciso III, do Decreto nº 3.000/99 — RIR/1999 e arts. 43 a 48, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001.

Regularmente cientificado do lançamento por meio de AR em 09/05/2007 (cópia de fl. 117), o interessado ingressou em 21/12/2007 com a impugnação de fls. 01/06, acompanhada dos documentos de fls. 07/85, alegando, em síntese, que não foi possível apresentar os documentados solicitados na intimação em tempo hábil, em virtude de alguns terem sido "extraviados"; o fundamento de fato exibido no auto de infração não justifica a glosa das despesas médicas; a dedução que fez tem autorização em lei a qual não fixa limites quanto ao montante; nos comprovantes juntados à impugnação não se observa nenhuma irregularidade que contrarie lei ou ato normativo.

Afirma que o auto de infração não aponta fato que demonstra a existência de infração e os recibos juntados sugerem a "presunção" de que ocorreu a prestação de serviços.

Contesta no sentido de que a prova do contrário de que o contribuinte não realizou as despesas médicas abatidas incumbe à fiscalização, uma vez que o interesse é do Fisco.

Colaciona algumas ementas de decisões administrativas da 4ª Turma da DRJ - Curitiba e da Sexta Câmara do Conselho de Contribuintes, bem como jurisprudência do STJ.

Ao final, o interessado requer que seja julgado procedente a impugnação e, em consequência, improcedente o auto de infração, desconstituindo-o, em face de sua ilegalidade.

É o relatório.

Passo adiante, em 22 de outubro de 2009, através do Acórdão **06-24.139**, a 2^a Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba/PR (CTA), entendeu por bem julgar procedente em parte a impugnação, mantendo em parte o crédito tributário apurado, em decisão que restou assim ementada:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Ano-calendário: 2002

GLOSA DE DESPESAS MÉDICAS. NÃO COMPROVAÇÃO DA TOTALIDADE DOS GASTOS EFETUADOS. MANTIDA A GLOSA EM PARTE.

Não comprovados em sua totalidade, por meio de documentação hábil e idônea e nos termos legais, os gastos do contribuinte com despesas médicas, fica mantida em parte a glosa da dedução da base de cálculo do imposto de renda a esse título.

Impugnação Procedente em Parte

Crédito Tributário Mantido em Parte

Cientificada em 12/11/2009 (fl. 128), a Recorrente, interpôs Recurso Voluntário em 14/12/2009 (fls. 129 a 138 e documentos), reiterando os argumentos expostos quando da apresentação da impugnação.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Luiz Cláudio Farina Ventrilho, Relator:

Conheço do recurso, posto que tempestivo e com condições de admissibilidade.

Inexistem preliminares suscitadas pelo contribuinte/recorrente.

DAS DESPESAS MÉDICAS - RESTABELECIMENTO

O ora recorrente em sua DIRPF, declara como seus dependentes DIOGO AUGUSTO LIMA PUPUPIN, MATHEUS HENRIQUE LIMA PUPUPIN, MERCEDES DELLA VALENTINA PUPULIM e AUGUSTO PUPULIM

Desta forma, em análise do documento de fl. 141 emitido pela UNIMED e do de fl. 142, entendo que resta suficientemente comprovado o pagamento de plano de saúde para

os dependentes mencionados acima, que devem ser restabelecidos nos seguintes limites, no valor total de R\$ 4.002,27, assim delineados de per si:

Diogo Augusto Lima Pupupin;(R\$ 753,24)

Matheus Henrique Lima Pupupin;(R\$ 753,24)

Mercedes Della Valentina Pupulim (R\$ 534,21 + R\$ 1.208,34)

Augusto Pupulim (R\$ 753,24)

DAS DESPESAS MÉDICAS – GLOSAS MANTIDAS

A DRJ entendeu que o contribuinte não se desincumbiu do mister que lhe recaía sob os ombros, que era o de comprovar a efetividade do pagamento, mantendo integralmente glosas atinentes a alguns profissionais.

Desde o início do procedimento fiscal, foi o contribuinte intimado, na ocasião para apresentar provas da efetividade do desembolso, tais como cópia de cheques, ordens de pagamento, transferências bancárias, saques coincidentes em datas e valores com a prestação dos serviços, entre outros, se limitando o contribuinte ora recorrente a apresentar recibos dos prestadores de serviços.

No processo administrativo fiscal, em especial quanto as comprovações de deduções de despesas médicas é o contribuinte quem deve comprovar perante a Autoridade Fiscal, por documentação idônea e inequívoca, a realização de tais despesas, bem como da efetividade dos pagamentos.

Ademais as exigências fiscais têm em todos os casos embasamento legal constante do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que assim determina, *in verbis*:

“Art. 8º- A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I - de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos a tributação definitiva;

II das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

(...)

§ 2º - O disposto na alínea a do inciso II:

I - aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados a cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades

que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II - restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III - limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

IV - omissis;

V- omissis”

Ora, o normativo legal acima é por demais claro e aplicável a todos os contribuintes, devendo ser seguido *in litteris* por todos aqueles que, a exemplo do recorrente, pretendem efetuar deduções de despesas médicas da base de cálculo do imposto de renda a ser recolhido a Receita Federal do Brasil, prevendo inclusive o inciso III, de forma alternativa, que na ausência da documentação exigida, a possibilidade de ser apresentada indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento.

Este procedimento não foi observado pelo contribuinte, que não comprovou perante a Autoridade Fiscal **o efetivo pagamento** de tais procedimentos.

Por esta razão, a fim de explicitar perante a Autoridade Fiscal, que já havia apontado as falhas desde os primórdios do processo, caberia ao contribuinte comprovar de forma esmiuçada e através de documentos hábeis e inequívocos, o efetivo desembolso para pagamento de tais procedimentos, que presumem-se serem importantes, até mesmo pelos valores envolvidos em cotejo com os rendimentos tributáveis do contribuinte para o exercício.

Desta forma, a míngua do cumprimento pelo recorrente dos requisitos legais constantes do art. 8º da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro de 1995, entende este Relator, por devidas e corretas as demais glosas referentes as deduções de despesas médicas, eis que efetivamente não comprovados seu efetivo pagamento pelo contribuinte.

Conclusão

Por todo o exposto, voto por dar provimento parcial ao recurso para restabelecer despesas médicas no valor global de R\$ 4.002,27.

Assinado digitalmente

Tânia Mara Paschoalin

Redatora *ad hoc*, em substituição ao Conselheiro Relator Luiz Cláudio Farina Ventrilho.

CÓPIA